

A presença de jornalistas negras no mercado de trabalho da Paraíba¹

Jaqueline Rodrigues da Silva²

Ana Beatriz Silva³

Glória Rabay⁴

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

O número de mulheres negras no jornalismo tem significado um aumento na representatividade, mas apesar disso, ainda falta muito para que haja uma igualdade racial. O espaço jornalístico, ao longo dos anos, foi palco de diversos tipos de opressões, como racismo e machismo. A pesquisa tem por objetivo, analisar na perspectiva interseccional, como as questões de gênero e raça afetam essas profissionais no campo da comunicação. Para isso, utilizou-se de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo para a realização de entrevistas em profundidade. Com o estudo, foram evidenciadas as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras e a forma como o racismo velado ainda se faz presente no ambiente de trabalho

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Interseccionalidade; Jornalismo; Mulheres Negras; Racismo.

INTRODUÇÃO

As mulheres negras ao entrar no mercado de trabalho lidam com dois tipos de violências, a de gênero e a racial. Em 2022, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que entre as pessoas ocupadas com vínculo empregatício, 63,3% são homens, enquanto as mulheres representam 46,3%. Sobre a inserção da população negra no mercado de trabalho, os dados do IBGE, na mesma pesquisa,

¹ Trabalho apresentado no GT Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024.

² Estudante de Graduação do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e-mail: jaqueline.rodrigues@academico.ufpb.br.

³ Estudante de Graduação do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e-mail: ana.silva3@academico.ufpb.br

⁴ Orientadora do Trabalho. Professora Associada do Curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e-mail: gloria.rabay@academico.ufpb.br.

demonstraram que essa população corresponde a 55,8% dos brasileiros ocupados em trabalho desprotegido com os mais baixos salários. De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, o recorte de etnias evidencia a predominância de pessoas brancas (67,8%) na área. Contudo, entre as demais raças os pardos/as ocupam 20,6%, pretos/as 9,3% e amarelos(as) 1,3%.

Na mídia, a presença das mulheres negras sempre foi refletida em estereótipos repassados em filmes e novelas. Segundo Gonzalez, as mulheres negras são, majoritariamente, apresentadas como faxineiras, serventes, como se não pudesse haver outra variação profissional: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão.” (GONZALEZ, 1984, p. 226). No campo jornalístico, os telejornais hoje apresentam uma maior participação de pessoas negras em diversas funções, inclusive como apresentadores e âncoras, ou seja, que ocupam espaços de representatividade. De acordo com o Perfil dos Jornalistas Brasileiros, em 2021, a presença de jornalistas negras subiu de 23%, em 2012, para 30%, em 2021. Apesar do salto nos resultados, percebe-se que este número está longe de representar uma igualdade racial no campo jornalístico.

A luta antirracista e antissexista produzem resultados com os novos avanços, mas isso também indica que a discriminação ganhou novas formas. A representatividade não é necessariamente uma reconfiguração das relações de poder que se mantém inalterada. Ela é sempre institucional e não estrutural, de tal maneira que quando exercida por pessoas negras, não significa que negros estejam no poder (ALMEIDA, 2019, p. 111-112). Se tratando da participação das mulheres negras, foram poucos os momentos em que esse grupo marcou presença. Nos anos 1970, a pioneira foi a jornalista Glória Maria, a primeira repórter negra de televisão. Após ela, outras jornalistas também ganharam destaque como Maria Julia Coutinho, no Fantástico, e Zileide Silva, também da Rede Globo. Mas as limitações também ocorrem para além da função de repórter, já que poucas jornalistas negras ocupam cargos de chefia nas empresas de comunicação, entre as nossas entrevistadas, nenhuma lembrava de alguma jornalista negra ocupando a posição de liderança nos ambientes jornalísticos.

O objetivo da pesquisa foi entender como as jornalistas negras contam suas experiências no mercado de trabalho e ocupam espaços que antes eram vistos como

impossíveis. Para atender a esse objetivo, além da revisão bibliográfica, entrevistamos sete mulheres negras jornalistas, entre 20 a 60 anos, em distintos campos de atuação no jornalismo, na Paraíba. Nas entrevistas elas relatam a experiência individual e compartilham suas vivências em diferentes áreas jornalísticas.

INSERÇÃO DAS JORNALISTAS NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO

Desde os primórdios, as mulheres enfrentam duras barreiras para ocuparem espaços no jornalismo, a profissão sempre foi majoritariamente ocupada por homens. Segundo Ribeiro (1998, p.31), as empresas jornalísticas eram pensadas e construídas exclusivamente para os homens, não havia sequer um banheiro feminino e as mulheres ocupavam posições de subalternização. Diante desse cenário, foi visto que os veículos tradicionais não abriam espaços para as mulheres, então elas passaram a publicar seus textos na imprensa alternativa. A entrada das mulheres neste campo de trabalho ocorreu no contexto da criação dos cursos universitários de jornalismo, na década de 1970, que mudou a forma de recrutar mão de obra para as redações. No mesmo contexto histórico em que também as mulheres brancas de classe média começavam a adentrar nos cursos superiores e reivindicar acesso ao mercado de trabalho.

Importante sublinhar que, neste momento, nem a universidade e nem esse mercado de trabalho estava acessível à maioria das mulheres negras e pobres. A maioria dessa população só tem acesso ao ensino superior a partir de 2012, com inserção das cotas raciais para o ensino superior público. Após mais de dez anos, nota-se o reflexo desta política no aumento da participação da população negra nesses espaços e na pesquisa acadêmica sobre essa problemática.

Embora a imprensa negra já fosse uma realidade desde a década de 1930, no Brasil, com a fundação da Frente Negra Brasileira (1931-1937) e o jornal informativo, A Voz da Raça, no que se refere à questão da equidade de gênero os conteúdos veiculados refletiam o posicionamento tradicional da época ao ressaltar que a mulher era o sexo frágil e apenas devia assumir o papel de esposa e mãe (DOMINGUES, 2007). Buscando analisar a questão da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho jornalístico, esta pesquisa tem como pilar a interseccionalidade de gênero, classe e raça.

O debate sobre interseccionalidade é primordial para compreender o contexto de luta de mulheres negras, uma vez que a tríade gênero-raça-classe, ainda hoje, ano de 2021, se apresenta como incontornável. E essa tríade não pode ser analisada separadamente, visto que seu impacto socio-político-cultural se faz de maneira conjugada. (SALES, NUNES apud SOUZA, RABAY, 2022, p. 70).

Quando indivíduos de pele escura conseguem empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados a tarefas ditas “de cozinha”, isto é, aquelas que se desempenham nos bastidores do serviço, longe da visibilidade pública (SODRÉ, 1998, p. 24). Essa questão reflete a prática do racismo estrutural, ao relacionar às pessoas de cor a serviços subalternizados, como se restasse apenas esse tipo de espaço.

Durante as entrevistas, as profissionais trouxeram exemplos de casos de racismo ou violência de gênero veladas. Escancarando, dessa forma, a manutenção de opressões como racismo e sexismo. Observa-se que apesar de algumas empresas estarem implantando políticas de diversidade e inclusão, como a TV Globo (<https://www.youtube.com/watch?v=TbbUMoPck88>), e se adequando às exigências da sociedade para o combate às práticas racistas, as condições de trabalho ainda são desiguais e precárias. Com relação à questão dos padrões de beleza, as mais jovens revelam possuir mais liberdade, para, por exemplo, poder deixar seu cabelo natural, sem o uso de química. Diferente dos relatos das jornalistas mais antigas, que recebiam críticas caso deixassem seu cabelo natural. Para resguardar a identidade das profissionais, utilizamos nomes fictícios para trazer os depoimentos.

Eu entrei no Jornal para trabalhar como repórter da editoria de cidades e depois eu consegui uma vaga como repórter de política, nessa época, assumir essa editoria era visto como algo nobre. Na editoria, já havia outra repórter na política, uma mulher branca e quando assumi a vaga, notava que não era bem tratada como ela. Com a outra jornalista, o editor compartilhava as coisas, tratava bem e comigo, ele não me dava espaço. Eu acho que isso era racismo, é uma impressão que eu tenho. Lembro que fiz um penteado com o meu cabelo crespo, deixei o black power armado e tinha na época um procedimento chamado “permanente afro”, eu fiz isso e acabou estragando o meu cabelo. Na época, cheguei na redação, ele e os demais colegas riram de mim, do meu visual. Eram pessoas que riam de mim por conta do meu cabelo. Então na primeira oportunidade que ele teve, tirou uma gracinha, eu respondi e ele quis me demitir, falou com o chefe que não queria que eu trabalhasse na política. Talvez ele achasse que eu não tinha um visual adequado para a editoria, além disso também vivenciei outros casos de assédios que ocorreram no Jornal. (Clarice (nome fictício), 60 anos - ex-repórter de Jornal Impresso)

O depoimento constata as violências que as mulheres negras vivenciam no ambiente de trabalho. Por se tratar de uma experiência nos anos 80, era comum o ato de rir do seu tipo de cabelo, o que é uma prática escancarada da violência que é imposta pelos superiores no ambiente profissional e faz você se questionar se determinada situação é racismo ou não. Tendo em vista que nesta época, as mulheres negras ao fazerem uso do seu cabelo natural, eram tidas como pessoas que não eram bem apresentadas. Essa situação demonstra a naturalização do racismo, ao fazer comentários e brincadeiras impróprias no exercício profissional sem questionar se aquilo irá atingir o outro. É uma reprodução do machismo e do racismo disseminado na cultura profissional usado para menosprezar e diminuir a prática jornalística de mulheres negras.

CONCLUSÃO

As mulheres entrevistadas para esse trabalho têm trazido relatos dos desafios enfrentados pelas mulheres negras e jornalistas, bem como seu protagonismo. As práticas pessoais e das empresas refletem e ressaltam os valores hegemônicos e o racismo estrutural, e dificultam a atuação dessas mulheres através de ações que culminam no silenciamento e invisibilização das profissionais. Enfatizamos o papel das instituições de ensino na manutenção e cristalização do racismo e do epstemicídio negro, pois suas escolhas metodológicas são prioritariamente eurocêntricas (BENTO, 2022). É perceptível as violências enfrentadas por essas mulheres, em razão dos atos de racismo vindos de superiores, de colegas de trabalho, fontes e até do público que consome os conteúdos jornalísticos.

Através das entrevistas, foi possível observar que atuar num campo como o jornalismo, que mesmo com os baixos salários, traz prestígio e visibilidade é um ato de resistência. Essas jornalistas colaboram para o rompimento do racismo estrutural, provocando o debate das questões raciais, do fazer jornalístico e do pleno existir. Ainda é necessário esforços para garantir a equidade de gênero e raça em todas as esferas do jornalismo e a luta antirracista. É necessária a presença de mais jornalistas negras em diferentes espaços e funções para que haja uma verdadeira diversidade e tenha-se uma alternativa ao racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo; Sueli Carneiro; Pólen, 2019

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

CASADEI, E. B. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor**. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 2, v. 1, ed.3, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218>. Acesso em: 04 março 2024.

COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Revista Parágrafo. jan/jun. 2017, v.5, n.1 (2017) - ISSN: 2317-4919. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 06 março 2024.

DE OLIVEIRA, W.F. Correio Negro? A emancipação da mulher negra nas linhas do jornalismo. **Revista Panorama** – Revista de Comunicação Social, Goiânia Brasil, v.7, n.1, p. 25-28, 2017. DOI: 10.18224/pan.v7i1.5647. Disponível: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/5647/>. Acesso em: 07 março 2024.

DOMINGUES, Petrônio. “Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil”. **Cadernos Pagu**, n. 28, Campinas, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/BxK3GdGdpbRc8XCygctTGcx/>. Acesso em 07 março 2024.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Estudos e pesquisas. ISSN 1516-3296, n. 53. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 08 março 2024.

LIMA, S. MICK, J. [et al]. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, de saúde e do trabalho**. 1 ed. Florianópolis: Quorum Comunicações. 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>. Acesso em: 06 março 2024.

SANTOS, M. TEMER, A. C [Orgs]. **Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social**. 1. ed. – São Paulo: Cásper Líbero. UFG/FIC, 2018. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2018/11/Mulheres-no-jornalismo.pdf>. Acesso em: 04 março 2024.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia e cotas no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUSA, A. C. RABAY, G. A ausência de jornalistas negras no mercado de trabalho no Rio Grande do Norte. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UFPB: João Pessoa, 2022